

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021

BALANÇO



BALANÇO

SNC - NP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2021

Original

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis		375 859,48	225 407,88
Preparações de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por transferências beneficiadas e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		375 859,48	225 407,88
Ativo corrente:			
Reservas		4 823,14	78,47
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por participações beneficiadas e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		1 001 049,34	962 374,36
Diferimentos			
Ativos financeiros devidos por negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes devidos para venda			
Caixa e depósitos		18 404,10	7 443,88
		1 016 266,58	969 897,69
Total do ativo:		1 392 126,06	1 245 304,57
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		36 824,43	36 824,43
Reservas			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas:			
Resultados transferidos		143 009,81	123 333,73
Ajustamentos em ativos financeiros			
Evidências de reavaliação			
Outras variações no património líquido		151 436,89	36 824,43
Resultado líquido do período		27 999,42	17 674,88
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do património líquido		360 671,72	259 983,23
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente:			
Creditores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores		2 792,88	24 706,81
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		4 033,47	2 677,43
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos		11 880,40	6 638,36
Outras contas a pagar		861 947,49	828 647,36
Diferimentos			
Passivos financeiros devidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		1 011 358,34	865 341,34
Total do passivo:		1 011 358,34	865 341,34
Total do património líquido e do passivo:		1 392 126,06	1 245 304,57

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

SNC - AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2021

Original

RENDIMENTOS E CUSTOS	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
Impostos, contribuições e taxas		1 063,10	740,77
Vendas		43 405,20	38 565,78
Prestações de serviços e concessões		20 477,04	13 402,30
Transferências e subsídios recebidos		7 343 330,97	7 044 963,28
Rendimentos/Custos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- 64 402,32	- 61 330,14
Fornecimentos e serviços externos		- 231 509,30	- 173 983,81
Custos com pessoal		+ 7 000 350,30	+ 6 866 638,07
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Inventários de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		- 13 807,94	- 7 780,67
Inventários de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Inventários de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		28 143,73	8 074,48
Outros custos			
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		101 023,37	43 044,83
Custos/reversões de depreciação e amortização		- 73 820,00	- 28 487,14
Inventários de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos)		28 003,38	17 477,51
Juros e rendimentos similares obtidos		17,32	
Juros e gastos similares suportados		- 23,40	- 3,43
Resultado antes de impostos		27 999,42	17 474,08
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		27 999,42	17 474,08

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

AL/APURAMENTO DOS RESULTADOS 2021

DESCRIÇÃO	INICIAL	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATÍPICO AO DETALHE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA ENTIDADE QUE CONTROLA										Original	
		CAPITAL RESERVAS RESERVADO	ALIAS QUANTAS RESERVAS	DE TÍTULOS RENTABILIZADOS DE LÍQUIDO PRÓPRIO	PRELÍQUIDOS DE TÍTULOS	RESERVAS DE TÍTULOS	RESERVAÇÃO PARAFISCAL	AVULSO DE TÍTULOS PARAFISCAL	RESERVAÇÃO DE TÍTULOS PARAFISCAL	RESERVAÇÃO DE TÍTULOS PARAFISCAL	RESERVAÇÃO DE TÍTULOS PARAFISCAL	TOTAL	INFORMES DO MAG. CONTABILIZ.
MOVIMENTO INICIAL DO PERÍODO	01/01/2021	14 014,42										14 014,42	14 014,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Quotização de valores de referência normalizada													
Alteração de perfil contábil de													
Correção de erros materiais													
Alteração de conteúdo de demonstrações financeiras													
Revisão de estimativas de provisão													
Estabelecimento de reservas para provisões variáveis													
Transferências a título de capital													
Transferências voluntárias no âmbito de capital													
REVALUACÃO DO PERÍODO	01/01/2021												
REVALUACÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL NO PERÍODO													
Substituição de valores normalizados													
Transferências de valores de referência													
Transferências voluntárias de valores													
Outros ajustes													
MOVIMENTO FINAL DO PERÍODO	31/12/2021	14 014,42										14 014,42	14 014,42

#

Demonstração dos fluxos de caixa



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
 APOŚ O ENCERRAMENTO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL 2021

Original

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Caixa de caixa das atividades operacionais			
Recolhimentos de tributos		87 818,26	
Recolhimentos de contribuições			
Recolhimentos de transferências e subvenções correntes		7 268 063,38	7 033 562,33
Recolhimentos de juros		3 718,87	54 318,39
Recebimentos e ressarcimentos		-287 534,84	-200 962,80
Pagamentos no período		-4 054 244,38	-4 834 138,23
Pagamentos a curto prazo/longo prazo			
Pagamentos de transferências e subvenções			
Pagamentos de operações sociais		-13 887,84	-7 708,87
	Caixa gerada pelas operações	88 973,52	968,81
Pagamentos/recebimento de impostos sobre o rendimento			
Outras receitas/rendimentos/pagamentos		-7 630,26	-14 800,23
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	74 443,26	-13 831,20
Caixa de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos para aquisição de			
Ativos não financeiros		-177 736,27	-81 453,11
Ativos financeiros			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outras ativas			
Recebimentos provenientes de			
Ativos não financeiros			
Ativos financeiros			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outras ativas			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital		384 731,41	23 627,30
Juros e rendimentos financeiros			
Dividendos			
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (a)	-72 804,86	-58 825,81
Caixa de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos externos			
Recebimentos de capital e de outros instrumentos de capital			
Colocação de papéis			
Outros			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos e reembolsos de			
Financiamentos externos			
Juros e juros variáveis			
Dividendos			
Recebimentos de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (a)		
Variáveis de caixa e seus equivalentes (b=c+d)		3 448,40	-83 658,81
Efeitos das alterações de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 445,61	81 698,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10 894,01	7 445,61
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GUBERNH			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 445,61	81 698,79
Operações e caixa no início do período			
- Parto do saldo de abertura que não constitui equivalência de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
- Saldo da abertura superior		-7 445,61	81 698,79
De operações de tesouraria		38 958,27	38 960,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período		-38 612,64	32 678,68
- Equivalência a caixa no fim do período		38 958,20	7 445,61
- Parto do saldo de abertura que não constitui equivalência de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
- Saldo para o período seguinte		38 958,10	7 445,61
De conciliação operacional		25 834,44	38 958,27
De operações de tesouraria		-10 120,14	-38 612,64

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Identificação: ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

Número de Identificação Fiscal: 671000268

Localização: Santa Cruz - Madeira

Morada: Avenida 2 de Agosto de 1996, n.º 2; 9100-235 Santa Cruz

Telefone: 291520050

E-mail: ebsscruz@edu.madeira.gov.pt

Classificação Orgânica: Funcionamento Normal 45 0 01 07 07

Investimento 45 9 50 07 07

Tutela: Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia - SRE

Regime Financeiro

Natureza Jurídica: Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa.

Legislação

Constituição: Portaria nº 791/75, de 31 de dezembro e Despacho nº 20/98, da Secretaria Regional de Educação

Orgânica e Funcionamento: Decreto Legislativo Regional nº 4/2000/M, de 31 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 21/2006/M, de 21 de junho.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos da Escola. Representam de forma fiel

os efeitos das transações, outros acontecimento e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Escola, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho Administrativo e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras é mantida de um período para o período seguinte, a menos que:

- Outra apresentação ou classificação seja, mais apropriada tendo em atenção os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas da NCP 2;
- Uma outra NCP exija uma alteração na apresentação.

Materialidade e agregação

Os diversos itens são apresentados separadamente nas notas às demonstrações financeiras. que compreendem balanço a demonstração dos resultados a demonstração

das alterações no património líquido a demonstração de fluxos de caixa e as notas às demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP, como segue:

- Os ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes, são relatados na demonstração dos resultados deduzindo ao produto da alienação a quantia escriturada do ativo (Custo amortizações) e as respetivas despesas de venda, se existirem.

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade e não existe uma intenção de liquidar Escola Básica e Secundária de Santa Cruz ou de cessar as operações, nem no curto nem no médio prazo.

Não existem valores em caixa ou equivalentes de caixa que não se encontrem disponíveis para uso.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

O detalhe dos saldos de caixa e bancos é como segue:

Desagregação de caixa e depósitos				
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas				
	2021	2020	Variação	Variação %
Caixa	2 928,76	299,91	2 628,85	89,76%
Depósitos à ordem			-	
Depósitos à ordem no Tesouro			-	
Depósitos bancários à ordem	7 965,34	7 145,72	819,62	10,29%
Depósitos a prazo			-	
Depósitos consignados			-	
Depósitos de garantias e cauções			-	
Outros Depósitos bancários			-	
Total de caixa e depósitos	10 894,10	7 445,63	3 448,47	46,32%

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Ativos intangíveis

Reconhecimento

Um ativo intangível é reconhecido se, e apenas se, for identificável, e cumprir as condições de reconhecimento seguintes:

- a) For provável que fluirão para a entidade os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperados atribuíveis ao ativo; e
- b) O custo ou o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Mensuração

Um ativo intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo, que compreende:

- a) O seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos;
- b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pelo órgão de gestão.

Após o reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, devendo aplicando-se essa política a uma classe inteira de ativos intangíveis.

Reconhecimento como um gasto

O dispêndio com um item intangível é reconhecido como um gasto quando suportado, a menos que faça parte do custo de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento referidos nos parágrafos anteriores.

Os dispêndios com um ativo intangível que tenham sido inicialmente reconhecidos como um gasto não são reconhecidos como parte do custo de um ativo intangível numa data posterior.

Quantia amortizável, vida útil e método de amortização

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil e a amortização cessa quando o ativo é desreconhecido.

O método de amortização usado para imputar a quantia amortizável de um ativo numa base sistemática durante a sua vida útil estimada deverá ser o método das quotas constantes (ou da linha reta). Este método deve ser aplicado de forma consistente de período para período.

Imparidade

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos, que é determinada como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil e, sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade determinadas em períodos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento

Um ativo intangível deve ser desreconhecido, quando:

- a) No momento da alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação), ou
- b) Quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um bem do ativo intangível é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se existir, e a quantia escriturada do ativo, é reconhecida nos resultados quando o bem for desreconhecido.

Em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis resumem-se como segue:



ATIVOS INTANGÍVEIS										
SNC AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas										
APÓS APURAMENTO DOS RESULTADOS 2021										
Original										
NOME DA	VALOR DA	MOVIMENTOS								
		AVANÇOS	TRANSFERÊNCIAS	REVALORAÇÕES	DEPRECIACÕES	PERDA POR	AVANÇOS DE	REVALORAÇÃO	REVALORAÇÃO	REVALORAÇÃO
DESCRIÇÃO	INICIAL									
Ativos Intangíveis de domínio público - património literário, artístico e científico										
Outros										
Programas de desenvolvimento										
Programas de consultoria e sistemas de informação										
Propriedade intelectual e incorpórea										
Outros ativos intangíveis										
Ativos Intangíveis em curso										
TOTAL:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2. Acordos de concessão de serviços: Concedente

Não aplicável

3. Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- a) For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

As peças sobressalentes e equipamentos de serviço são registados como inventários e reconhecidos nos resultados quando consumidos. As grandes peças sobressalentes e equipamentos de substituição contabilizam-se como ativos fixos tangíveis quando se espera usá-los durante mais de um período.

Reconhece-se, na quantia escriturada de um bem do ativo fixo tangível o custo da parte que substitui tal bem quando suportado, se estiverem satisfeitos os critérios de reconhecimento.

A quantia escriturada das partes que são substituídas é desreconhecida de acordo com as disposições de desreconhecimento.

Mensuração

Um bem do ativo fixo tangível que satisfaça as condições de reconhecimento como um ativo é mensurado pelo seu custo, ou

Um bem do ativo fixo tangível adquirido através de uma transação sem contraprestação, da seguinte forma:

- a) Outros ativos — Custo do bem recebido, ou na falta deste, o respetivo valor de mercado.

O custo de um bem do ativo fixo tangível compreende:

- a) O seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos;

b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pelo órgão de gestão; e

c) A estimativa inicial dos custos de desmantelamento e de remoção do bem e da restauração do local em que está localizado, e que a entidade é obrigada a suportar quando o bem é adquirido, ou em resultado de ter usado o bem durante um determinado período para fins que não sejam produzir inventários durante esse período.

Após reconhecimento como ativo, um bem do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, aplicando-se essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis.

Quantia depreciável, vida útil e método de depreciação

A quantia depreciável de um ativo é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil, exceto os bens do património histórico, artístico e cultural que não são objeto de depreciação.

A depreciação de um ativo começa quando fica disponível para uso, isto é, quando estiver no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. A depreciação de um ativo cessa quando o ativo é desreconhecido.

O método de depreciação usado para imputar a quantia depreciável de um ativo numa base sistemática durante a sua vida útil estimada é o método das quotas constantes (ou da linha reta). Este método é aplicado de forma consistente de período para período.

Imparidade

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos, que é determinada como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua

vida útil e, sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade determinadas em períodos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento

Um bem do ativo fixo tangível deve ser desreconhecido:

- a) No momento da alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- b) Quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um bem do ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se existir, e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido nos resultados quando o bem for desreconhecido.

Em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nos Ativos fixos tangíveis resumem-se como segue:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica compreende:

Rendimentos suplementares				
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas				
	2021	2020	Variação	Variação %
Descontos de pronto pagamento obtidos	17,52		17,52	
Outras		128,62	128,62	-100,00%
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	24 578,77	2 545,87	22 032,90	865,44%
De capital	3 564,96		3 564,96	
	28 161,25	2 674,49	25 486,76	952,96%

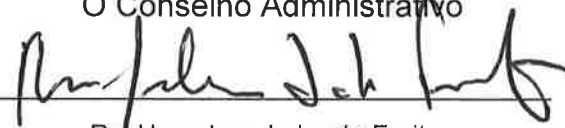
21.6 Gastos/reversões de depreciação e amortização

Gastos/reversões de depreciação e amortização				
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas				
	2021	2020	Variação	Variação %
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	65 409,83	27 878,34	37 531,49	134,63%
Equipamento administrativo	8 423,44	492,30	7 931,14	1 611,04%
Outros ativos fixos tangíveis	96,72	96,50	0,22	0,23%
	73 929,99	28 467,14	45 462,85	159,70%

Versão atualizada em

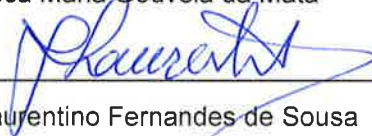
Santa Cruz, 06 de fevereiro de 2024

O Conselho Administrativo


 Rui Herculano Lobo de Freitas



Teresa Maria Gouveia da Mata



José Laurentino Fernandes de Sousa